

VASSALLO, Simone Pondé. “Entre ciência e ancestralidade: o Cemitério dos Pretos Novos na encruzilhada das interpretações”. Trabalho apresentado no XIII Congresso da Associação de Estudos Brasileiros / BRASA, no painel Processos de patrimonialização da cultura afro-brasileira. Brown University, Providence, 31 de março a 2 de abril de 2016.

Este trabalho se propõe a analisar o processo de patrimonialização do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos desde que foi redescoberto, em 1996, e tentar perceber os novos significados que o sítio arqueológico foi adquirindo desde então. Através da análise, podemos perceber que, num primeiro momento, boa parte das representações acerca das ossadas girava em torno de sua importância como “objeto de ciência” que nos ajudaria a melhor compreender o “nosso” passado (dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro). Pouco a pouco, percebemos uma transformação semântica na qual os corpos ali enterrados começam a ser pensados como “vítimas” e, como tais, adquirem uma conotação política que contribui para as lutas contra a discriminação racial, ao mesmo tempo em que o sítio arqueológico vai se tornando o testemunho de um crime contra a humanidade. Creio que esses novos significados nos ajudam a compreender as novas formas de representação dos escravos e da escravidão que vêm emergindo recentemente na sociedade brasileira, pautadas pela idéia de vitimização e pelas políticas de reparação.

Em 1996, durante obras de reforma da sua casa na região portuária do Rio de Janeiro, o casal Merced e Petrócio Guimarães descobre um antigo cemitério de escravos no seu subsolo. Tratava-se do Cemitério dos Pretos Novos, destinado aos africanos recém-desembarcados, trazidos para serem comercializados como escravos, que sucumbiam antes de serem postos à venda. O cemitério teria funcionado entre aproximadamente as décadas de 1770 e 1830, no período em que a importação forçada de africanos escravizados atingiu seu auge no Brasil. Estima-se que mais de 30.000 corpos tenham sido enterrados ali, em valas comuns.

De acordo com o casal Guimarães, os primeiros anos que sucederam o achado arqueológico foram de muita dificuldade. A coleta do material pelos arqueólogos da prefeitura era extremamente morosa, a tal ponto que Merced e uma de suas filhas então pré-adolescentes retiraram por conta própria boa parte das ossadas, instruídas por revistas de arqueologia adquiridas no comércio. Em seguida, entregaram o material às

instituições responsáveis que, segundo elas, deixaram-no durante anos nas mesmas caixas de papelão em que foram entregues. Merced tinha a impressão de não ser devidamente valorizada nem pelos órgãos da prefeitura e nem pelos de pesquisa arqueológica responsáveis pela coleta e análise do material. Nesse momento, nem a própria Merced sabia exatamente o que fazer com tudo aquilo. Na época, a Secretaria de Cultura do município tentava desapropriar a família Guimarães de sua casa por conter um sítio arqueológico que deveria ser, por lei, protegido pelo Estado. Portanto, aparentemente, a idéia de ossadas de cativos africanos recém-desembarcados no Rio de Janeiro ainda não tinha adquirido nenhuma particular relevância para os órgãos oficiais. Este cenário começa a mudar em 2001: um novo prefeito dá início ao Plano Porto do Rio visando a revitalização da região portuária. Esse mesmo prefeito determina a criação do Arquivo Geral da Cidade, que tem um primeiro diretor interessado na cultura afro-brasileira, o músico e jornalista Antônio Carlos Austragésilo de Athayde, ligado ao mundo do samba e a grandes sambistas, como Paulinho da Viola, Martinho da Vila, Clara Nunes, Beth Carvalho.

Desde os anos 1980, tal como o que ocorre em diversos outros espaços de atuação da cultura afro-brasileira, o movimento negro e outros setores da sociedade iniciam um processo de “reafricanização” da região portuária. Retomam o termo Pequena África para referir-se a essa localidade e trazem à tona as memórias das “tias baianas”, dos candomblés, do samba, da capoeira e do trabalho na estiva que teriam caracterizado a região entre fins do século XIX e início do XX (Moura, 1995; Mattos, H. e Abreu, M., 2012). Em 1984, graças a uma forte atuação de lideranças do movimento negro, um dos primeiros patrimônios afro-descendentes é tombado no país, a Pedra do Sal, na região portuária, encarnando um dos mais importantes pontos de encontro da Pequena África. No início dos anos 1990, os ativistas negros conseguem transformar o Centro Cultural José Bonifácio, localizado na região portuária, em centro de referência da cultura afro-brasileira. E em 2005 o Estado brasileiro reconhece a existência do Quilombo da Pedra do Sal, que engloba um grupo de moradores que vivem no sopé da pedra de mesmo nome. Assim, desde os anos 1980, temos um desejo de ativistas negros de transformar a região portuária num “território negro”. É justamente essa região que a prefeitura pretende modernizar, o que propicia uma enorme disputa por territórios e por memórias. E é ali que se encontra o Cemitério dos Pretos Novos, que vai adquirindo uma grande centralidade nesse processo.

Aos longo dos anos 1980 e 1990, alguns historiadores haviam se dedicado à história da escravidão urbana no Rio de Janeiro, como Manolo Florentino, Robert W. Slenes, Carlos Eugênio Líbano Soares, dentre outros, inspirados no estudo pioneiro de Mary Karash. Carlos Eugênio Soares, dedica parte significativa dos seus estudos à região portuária. Quando Austragésilo de Athayde assume a direção do Arquivo Público e conhece o IPN, em 2001, decide organizar o seminário Cotas da Escravidão, para o qual convida parte desses historiadores, como Mary Karash e Carlos Eugênio. Ao mesmo tempo, promove a exposição “Africanos novos na Gamboa: um portal arqueológico”, que traz a público os primeiros resultados das pesquisas de bioarqueologia sobre as ossadas.

Em novembro de 2001, no mês da consciência negra, Athayde promove uma grande festa no IPN, onde coloca uma placa de reconhecimento da prefeitura, cuja inscrição diz: “Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal das Culturas – Cemitério dos Pretos Novos, Rua Pedro Ernesto, Gamboa, antiga Rua do Cemitério e depois da Harmonia. Aqui foram encontrados, em 1996, os registros arqueológicos de um cemitério para escravos recém-chegados da África, o único de que se tem notícias nas Américas. Criado pelo Marquês do Lavradio em 1779, ele existiu nessa rua até 1831, época em que a cidade do Rio de Janeiro concentrou a maior população urbana de negros escravos em todo o mundo. Departamento Geral de Patrimônio e Cultura – 2001”. Portanto, nesse momento, já se sabia e já se tinha consciência de que o Rio tinha sido a maior cidade escravagista das Américas, ao menos num certo período da história. No catálogo da exposição, Athayde declara que o evento deve contribuir para que “sejam preservados e divulgados os registros de **nosso passado**” (Catálogo, s.d.: 5). Afirmção semelhante faz o então Secretário das Culturas, Ricardo Macieira: “a exposição Africanos Novos na Gamboa é uma proposta de reabrir importante canal que possibilite discussão ampla, aberta, democrática e plural sobre **a Cidade, sua história, seus problemas e suas culturas**” (idem, p. 4). Nessas falas, não há nenhuma afirmação de uma especificidade negra. A história mostrada na exposição é de todos os cariocas, ela fala do “nosso” passado. As referências à escravidão possuem um caráter ambíguo: faz-se menção aos horrores cometidos contra os africanos escravizados, mas a proposta da exposição, ainda segundo Athayde, “longe de celebrar os aspectos macabros e tristes de um período trágico da nossa história, representa a recuperação dessa memória com o objetivo de provocar uma ampla discussão a respeito da **presença da matriz africana na formação da sociedade brasileira...**” (ibidem, p. 5). A exposição se inicia com a

descrição do achado arqueológico das ossadas dos Pretos Novos e com informações sobre a escravidão na cidade do Rio de Janeiro e a transferência do mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo, onde se localiza o cemitério. Um dos painéis afirma que “o Rio de Janeiro concentrou, no século XIX, a maior população urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império Romano” (ibidem, p. 8). Em seguida, encontramos informações sobre os antigos cemitérios de escravos que funcionaram antes que o dos Pretos Novos fosse ativado e traz alguns relatos de como eram procedidos os enterros nesses locais: “causa horror ao mais indiferente passante. Sem esquife, muitas vezes sem a menor peça de roupa, são atirados numa cova que nem tem dois pés de profundidade. Dois negros conduzem o morto para a sepultura, em uma padiola ou rede presa a comprida vara, atiram-no no buraco, como a um cão morto, põem um pouco de terra solta por cima e então, se por causa da pouca profundidade da cova, alguma parte do corpo fica descoberta, socam-no com pesados tocos de madeira, de forma que acaba-se formando um horrível mingau de terra, sangue e excrementos” (C. Seidler, 1834, apud catálogo, p. 11-12). Já sobre o Cemitério dos Pretos Novos, diz a exposição que: “os corpos nus eram envoltos em esteiras, amarradas por cima da cabeça e por baixo dos pés. O rito era sumário: de forma descuidada, sem abrir covas, jogavam um palmo de terra sobre cada um deles, lançados aos pares. Os sepultamentos eram feitos uma vez por semana, de modo que muitos cadáveres jaziam empilhados à espera de serem enterrados. O monte formado ficava exposto ao tempo e depois das chuvas, que carregavam a terra, muitas partes dos corpos se descobriam. De vez em quando, queimava-se um monte de cadáveres semi-decompostos” (Catálogo, s.d.: 14). Aqui, o aspecto terrível e nefasto dos enterramentos é descrito, mas não se segue de uma condenação moral, como começa alguns anos mais tarde. A exposição passa então a descrever as pesquisas científicas realizadas com as ossadas e suas descobertas, sintetizadas na conclusão: “Os resultados da análise feita pela antropologia biológica, embora preliminares, apontam para uma possível confirmação de aspectos da escravidão no Brasil já indicada pelos historiadores: - a maior parte dos africanos trazidos pelo tráfico tinha entre 10 e 25 anos de idade; - eles pertenciam a diferentes grupos étnicos; - havia grande predominância do sexo masculino; - ocorria cremação dos corpos como meio de agilizar os enterramentos” (idem, p. 30). Essa conclusão é precedida de uma epígrafe do historiador Jacques Legoff: “A verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda” (ibidem, p. 30). É interessante observar que essa epígrafe é seguida da

conclusão mencionada acima, que contém uma síntese dos resultados das pesquisas científicas realizadas sobre as ossadas. O interesse parece recair mais na vida dos escravos e na escravidão em si e menos na denúncia dos horrores cometidos com os africanos durante o período da escravidão, como a epígrafe poderia sugerir. Poucos anos depois, com a criação do Instituto dos Pretos Novos pelo casal Guimarães, essa mesma epígrafe será retomada com um outro significado.

O evento teve importante cobertura pela mídia. A partir de então, reconhecido pelo Estado, legitimado pela academia e divulgado pela imprensa, o sítio arqueológico adquiriu um novo status “científico”, ou seja, tornou-se um bem dotado de interesse científico. Começou a atrair mais pesquisadores, jornalistas e curiosos e a casa do casal Guimarães se abriu para a visitação. Aos poucos, o local começou também a receber pesquisadores estrangeiros interessados na diáspora africana (Vassallo, 2015).

Alguns anos mais tarde, os resultados das primeiras análises do material coletado, de biologia esquelética, articuladas a pesquisas arqueológicas e históricas, confirmaram tratar-se do Cemitério dos Pretos Novos e a procedência africana das ossadas ali enterradas. Também concluíram que boa parte dos corpos enterrados tinha sido queimada (Machado, 2006). Análises mais recentes, realizadas a partir de isótopos de estrôncio no esmalte dentário, sugerem que os indivíduos enterrados no local teriam vindo das mais diferentes localidades do continente africano (Bastos, 2010). Em todas essas pesquisas mencionadas até então, as ossadas são pensadas como um importante objeto da ciência que propiciaria um maior entendimento da história da escravidão e da composição do povo brasileiro.

Em 2004, ainda durante o projeto de revitalização Porto do Rio, as disputas de território e de memória levam Austragésilo de Athayde, historiadores e ativistas negros a convencer o prefeito a criar um Decreto que valorizava a presença africana no bairro através de um museu a céu aberto e determinava a construção do Portal dos Pretos Novos, para sinalizar o local de desembarque dos africanos. Nem o museu e nem o portal chegaram a ser construídos. Esse último se inspirava no processo de patrimonialização dos portos de embarque de cativos na costa africana, realizado pelo Projeto Rota do Escravo, da UNESCO, desde os anos 1990 (Vassallo e Cicalo, 2015). Por volta da mesma época, o então prefeito criou na região a Vila Olímpica da Gamboa, a Cidade do Samba e um museu a céu aberto no Morro da Providência, talvez a mais antiga favela da cidade, com o intuito de converter simbolicamente a estigmatizada região e atrair pessoas de maior poder aquisitivo. Nesse momento, Austragésilo de

Athayde e o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares tentaram convencer autoridades municipais e federais a desenterrar e expor alguns importantes sítios arqueológicos afrodescendentes da região portuária, dentre eles o Cais do Valongo, mas não obtiveram êxito.

O Instituto dos Pretos Novos foi criado em 2005, na própria residência do casal Guimarães, graças ao sucesso crescente do sítio arqueológico. O objetivo do casal era dar visibilidade ao sítio arqueológico, mas não sabiam ao certo como proceder. Acredito que as possibilidades que o casal vai assumindo para o sítio estão estreitamente articuladas às novas possibilidades de enquadramento (no sentido de Judith Butler, 2015) oferecidas pelas políticas de ação afirmativa que vão sendo criadas ao longo da década e pelo surgimento de novas categorias político-jurídicas que oferecem novas possibilidades de entendimento dos afrodescendentes e da escravidão. Assumindo as palavras do historiador Jacques Legoff citadas acima, o casal Guimarães tomou para si o dever de não deixar essa história ser esquecida, mas veremos que essa idéia vai aos poucos adquirindo novos sentidos.

Aos poucos, outras possibilidades interpretativas que transcendem o caráter meramente científico do local vão se firmando. Em 2007, o historiador negro Júlio Cesar Pereira publicou sua dissertação de mestrado sobre os Pretos Novos, que ganhou prêmio do Arquivo Geral da Cidade. Seu trabalho contém uma forte denúncia da maneira pela qual os africanos foram enterrados naquele local, à flor da terra, sem nenhum respeito à dignidade humana e às suas religiões de origem (Pereira, 2007). Poucos anos depois, outro historiador negro, Cláudio Honorato, concluiu uma dissertação de mestrado sobre a transferência do mercado de escravos para a região portuária, onde também se localiza o Cemitério dos Pretos Novos, e cunha o termo “Complexo do Valongo” para se referir a todo o complexo escravagista que se encontrava na região portuária entre fins do século XVIII e início do XIX, que incluía os locais de desembarque dos cativos, de quarentena, de venda e de enterramento (Honorato, 2008)..

Em seu livro, Júlio César Pereira declara: “Tentei desenvolver uma visão aproximada do sentimento vivido pelos pretos novos ao verem seus entes queridos serem sepultados naquele campo santo. Busquei em uma história aparentemente banal, a da morte e do sepultamento de escravos boçais, a elucidação para uma das facetas mais cruéis do escravismo brasileiro que aqui transparece no “descarte” e apodrecimento de corpos lançados à flor da terra” (Pereira, 2007: 26).

Ainda de acordo com esse historiador, “o olhar sobre o cemitério de escravos, um cemitério específico em uma circunstância singular, revela traços comuns a toda uma sociedade, principalmente como ela representa e entende a morte de “si” ou de “outrem”. Esta análise demonstrará que o simples fato desta morte ser a do “outro” implica a forma diferenciada das práticas culturais relacionadas à morte, no caso, a possível ausência de rituais de sepultamento, (...) Busco em um velho livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita indícios de um passado que, há muito, jazia tão esquecido quanto a localização real do cemitério, redescoberto recentemente” (Pereira, 2007: 24-25).

O trabalho de Júlio, em ruptura com os precedentes, traz uma perspectiva ‘humanizada’ dos que foram ali enterrados e procura reconstituir a perspectiva dos africanos escravizados diante desses enterros. Tanto Júlio César quanto Cláudio Honorato foram incorporados ao núcleo de pesquisas do IPN e seus trabalhos contribuíram para um maior entendimento sobre o tráfico de escravos na cidade e no país.

A partir de 2010, graças a uma nova lei que valoriza a história da África e dos afrodescendentes (lei 10.639) e a uma política cultural que incentiva a cultura popular e afro-brasileira, o Programa Cultura Viva, o IPN é beneficiado por um edital da Secretaria Estadual de Cultura e se torna um Ponto de Cultura, através do qual começa a oferecer oficinas gratuitas sobre história, memória e patrimônio afrodescendentes na região portuária. As oficinas são gratuitas, voltadas para todo e qualquer interessado (alunos e professores de escolas e universidades, moradores do bairro, turistas e guias turísticos...). Elas são oferecidas por pesquisadores universitários, dentre eles Cláudio e Júlio que contam a história do tráfico de escravos na região portuária, a história dos Pretos Novos e a do cemitério. Aos poucos, outros ‘oficineiros’ vão chegando, com outros perfis.

Ainda em 2010, outras mudanças fundamentais começam a ocorrer. Um novo prefeito, recém empossado, começa a por em prática um projeto de revitalização da região portuária muito mais ambicioso que o do seu predecessor. O Projeto Porto Maravilha, como é chamado e atualmente em curso, engloba uma superfície de 5 milhões de metros quadrados e possuía um orçamento inicial de 7,6 bilhões de reais, com o intuito de “modernizar” a região portuária e adequá-la aos grandes eventos que a cidade vem se propondo a abrigar, como a Copa do Mundo de Futebol (2014), a Jornada Mundial da Juventude Católica (2013) e os Jogos Olímpicos (2016). As obras exigiam

um monitoramento arqueológico e a equipe contratada para tal incluía o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares e Tânia Andrade Lima, coordenadora da equipe e também professora titular do Programa de Pós Graduação em Arqueologia da UFRJ. Aproveitando a presença das escavadeiras necessárias às obras de revitalização, Carlos Eugênio e Tânia solicitam o desenterramento do Cais do Valongo e, nesse momento, as autoridades responsáveis aceitam o pedido. O cais é então desenterrado e encontrado em bom estado de conservação. É interessante observarmos o significado que esse sítio arqueológico passa a assumir através das ações de Tânia e Carlos Eugênio. Para ambos, este teria sido o principal local de desembarque de africanos na cidade, entre cerca de fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, quando o tráfico transatlântico negreiro atingiu seu auge no Brasil. Segundo eles, por esse cais teriam desembarcado de 500 mil a 1 milhão de africanos. Em 1841, o local teria sofrido obras de melhoramento e se transformado no Cais da Imperatriz, para poder receber a princesa das duas Sicílias Teresa Cristina que desembarcava para consumir seu matrimônio com o Imperador D. Pedro II. Tânia se inspira na tendência crítica que a arqueologia assume a partir dos anos 1980 (Silverman, 2011), quando passa a rever a sua atuação pregressa a serviço dos estados nacionais e do colonialismo e começa a tentar atuar junto aos grupos minoritários, tentando contribuir para o seu empoderamento. Assim, ao desenterrar os dois cais, Tânia transforma essa superposição arqueológica num poderoso símbolo da dominação racial no Brasil: “Os escravos foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa europeia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Sicílias. Ela pisando sobre os negros”¹.

Seu interesse não recai no Cais da Imperatriz, “pois a realeza já foi suficientemente lembrada”, mas sim no do Valongo, que traz o “discurso silencioso” dos africanos que desembarcaram ali (idem). Tânia acredita que esse sítio arqueológico deve ser assumido pelos afrodescendentes, pois fala da história deles. Para tanto, convida lideranças do movimento negro e lhes conta a história. Os ativistas negros, ao terem contato com o local, entendem-no como um lugar de ancestralidade: “por esse cais passou boa parte dos antepassados que deram origem ao maior grupo étnico do Brasil contemporâneo. Portanto, a ancestralidade de mais da metade da população brasileira

1 Cf. http://www.youtube.com/watch?v=RQP_8pn0U3E.

tem ali uma forte referência simbólica” (Proposta..., 2011). Para muitos ativistas negros, foi também por ali que, junto com os africanos, desembarcaram objetos, práticas e crenças que deram origem à cultura e às religiões afrodescendentes.

Essas ações também são permeadas pela participação de outros atores fundamentais, os representantes do Projeto RDE da UNESCO. Coincidentemente, nesse mesmo momento, o representante brasileiro do Comitê Científico do Projeto RDE, o antropólogo Milton Guran, realizava com sua equipe um inventário dos 100 lugares mais significativos do tráfico transatlântico negreiro (Mattos, H., Abreu, M., Guran, M., 2012). Ao ter contato com o Cais do Valongo e a história da escravidão na região portuária, considera este sítio arqueológico o local mais importante de todos os que constam no seu inventário. Em suas palavras, “aqui é o farol, a jóia da coroa”. Fortemente influenciados pelo objetivo do RDE de patrimonializar os locais relacionados ao tráfico transatlântico negreiro em diversos países do mundo, Guran, ativistas negros e demais pesquisadores percebem no Cais do Valongo um grande potencial para patrimônio da humanidade e começam um trabalho de sensibilização das autoridades competentes para que o cais seja reconhecido pela Unesco.

Na fala de Guran, e em consonância com os próprios entendimentos da Unesco a respeito dos patrimônios da humanidade, o cais sai da esfera local do município e seus atores e entra numa nova escala, a da humanidade. Ele se torna “o mais eloqüente símbolo do tráfico transatlântico negreiro”, “o maior monumento da diáspora africana fora da África”, e é por isso que deve ser reconhecido. Ao exaltar a sua singularidade e autenticidade, Guran contribui fortemente para o seu processo de patrimonialização (Vassallo e Cicalo, 2015). Não só o cais, mas todo o “Complexo do Valongo” adquire um grande valor aos olhos dos que desejam o reconhecimento da Unesco. E desses locais do entorno, o Cemitério dos Pretos Novos é o que adquire maior visibilidade e importância, pois nessas representações é o que está mais diretamente relacionado ao cais. Pois se no Valongo os africanos desembarcavam, os muitos que sucumbiam logo em seguida, antes de serem comercializados, eram enterrados naquele cemitério. Visando o reconhecimento da Unesco, Guran e seus aliados conseguem trazer altos representantes dessa organização internacional para conhecer os dois sítios arqueológicos: o cais e o cemitério. Nessa visita, ambos os sítios recebem uma placa de reconhecimento do Projeto RDE. Nos termos de Mônica Lima, historiadora e professora da UFRJ que participou da elaboração do dossiê visando o reconhecimento do cais junto à Unesco, “esse será o primeiro local a ser reconhecido como patrimônio da

humanidade no Brasil tendo como núcleo central da sua justificativa a história da escravização de africanos e da população negra” (Lima, 2016).

A descoberta do Cais do Valongo e a chegada da Unesco ampliam consideravelmente a visibilidade do IPN, bem como dos relatos de Merced, Cláudio e Júlio. Merced e os pesquisadores negros dão entrevistas e gravam documentários não só para programas de TV nacionais, mas também para TVs e jornais americanos e franceses, dentre outros, e até para uma TV japonesa. Tânia Andrade Lima, por sua vez, apresenta seus trabalhos sobre o CV em importantes espaços acadêmicos internacionais, como um seminário no Musée Du Quai Branly, em Paris, e publica suas descobertas em importantes periódicos nacionais e internacionais. Milton Guran, com o intuito de reconhecer o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos como patrimônios da humanidade, aciona representantes de várias instâncias municipais, nacionais e internacionais, como a prefeitura, o Iphan, o Ministério da Cultura, a Fundação Palmares e a Unesco, da qual ele próprio é representante. Com toda essa visibilidade, a quantidade de visitantes do IPN aumenta exponencialmente e o perfil desse público também se transforma: lideranças locais e nacionais do movimento negro, prestigiosos historiadores da UFF e da UFRJ, equipes de mídias de todo o mundo, grupos escolares e demais interessados começam a passar pelo Instituto.

Em 2012, o arqueólogo Reinaldo Tavares divulga os resultados da sua pesquisa de mestrado em arqueologia na UFRJ sobre o Cemitério dos Pretos Novos (Tavares, 2012). A divulgação desse trabalho também provoca um grande impacto nos atores mais diretamente envolvidos com esses 2 sítios arqueológicos e contribui para a sua transformação semântica. Com um forte tom de denúncia da sociedade escravocrata brasileira dos séculos XVIII e XIX, Reinaldo revela que não somente os corpos eram incinerados, mas também triturados para abrir espaço para os novos cadáveres que não paravam de chegar. Além disso, o local funcionava simultaneamente como um grande depósito de lixo, o que nas suas palavras, demonstra como os africanos recém desembarcados eram pensados e tratados na época: tal como lixo.

Reinaldo escava dois poços de sondagem dentro do IPN onde encontra inúmeras ossadas humanas fragmentadas, que passam a ficar expostas sob pirâmides de vidro. Na mesma ocasião, através de mais um edital da Secretaria Estadual de Cultura, o casal Guimarães cria o Memorial Pretos Novos. Além das ossadas sob as pirâmides, o memorial contém grandes painéis com informações sobre o tráfico de africanos cativos para o Rio de Janeiro e sobre os Pretos Novos e alguns objetos relacionados à

escravidão encontrados durante as escavações. As paredes contam com grandes cartazes com gravuras de pintores do século XIX que retratavam africanos vivendo no Brasil. Numa delas, temos gravados os nomes de alguns dos africanos que foram enterrados ali, localizados por Júlio César Pereira no livro de óbitos do cemitério.

Com a visibilidade dos dois sítios arqueológicos, os ativistas negros trouxeram prestigiosas ialorixás para conhecê-los, desejosos de saber o que elas teriam a dizer. A visita foi realizada em evento solene, que contou com a presença de lideranças do movimento negro, prestigiosos pesquisadores universitários e representantes do poder público e do projeto de revitalização Porto Maravilha. Nesse momento, Reinaldo Tavares expôs as conclusões da sua pesquisa e explicou aos presentes que as ossadas eram não somente queimadas, mas também trituradas e mescladas ao lixo. Os ativistas negros reafirmaram então que os africanos ali enterrados eram os seus ancestrais e que as suas histórias e a dos que foram ali enterrados eram uma só, a do sofrimento e da luta contra o preconceito. Mãe Beata, uma das ialorixás presentes, declarou então: “Hoje é um dia muito importante e muito triste. Nasci numa senzala. Meu bisavô era escravo, minha avó foi vendida como escrava de ganho e sofreu violência física. Esse é um momento de rever toda a minha história. Ainda no século XXI vemos as histórias dos negros que foram maltratados”. Nesses relatos, a história dos negros do presente e do passado se une através do fio condutor do sofrimento e da permanente luta contra o preconceito racial. Mãe Edelzuita, uma outra mãe-de-santo que participava do evento, declarou que ali era a raiz de tudo, referindo-se aos locais onde se encontravam o cemitério e o cais do valongo. Nessa mesma visita, as prestigiosas ialorixás sentiram a forte presença de Xangô que, segundo elas é o orixá da justiça que zela por toda a região do Valongo, testemunho do desembarque e do sofrimento dos africanos cativos e seus descendentes.

Através da afirmação de que os corpos enterrados são os ancestrais dos ativistas negros (e dos negros brasileiros como um todo) e que ambos são unidos por uma trajetória de falta de reconhecimento, a dimensão política das ossadas é fortemente exaltada. Ao sentirem a presença de xangô, as mães de santo e os ativistas entendem que ali houve um enorme sofrimento e que é necessário fazer justiça. A exposição das ossadas sob as pirâmides de vidro traz a materialidade desse horror e dessa enorme violência perpetrada contra os africanos e seus descendentes durante a escravidão. A sua dimensão sensível, dada pela presença física das ossadas queimadas e trituradas, somada aos relatos que narram o drama dos que foram ali enterrados, leva os visitantes

a ficarem profundamente emocionados, revoltados, e até mesmo a chorar. As ossadas expostas simbolizam e passam a denunciar o aspecto mais nefasto da escravidão: o sofrimento, a dor e a morte. Também passam a testemunhar a histórica falta de reconhecimento dos afrodescendentes no Brasil.

Diferentemente da maneira pela qual foram tratadas na exposição de 2001, percebemos que esses corpos aqui não são entendidos como objetos de ciência, eles encarnam seres humanos, ancestrais que são humanizados e, como tais, sacralizados. A exposição das gravuras de africanos e dos nomes de alguns dos que foram ali enterrados também revela o desejo de humanizá-los, em detrimento dos seus entendimentos como “objetos de ciência”. Com esse intuito, Merced e o arqueólogo Reinaldo Tavares reivindicam que sejam devolvidas ao IPN as ossadas que foram retiradas em 1996 e estão até hoje nos laboratórios de arqueologia, bem como as que foram escavadas nas recentes obras de revitalização. Para eles, esses corpos são de seres humanos e, como tais, são sagrados. Por isso, devem ser reenumados, ou seja, merecem um enterro digno.

Ossadas, nomes e gravuras expostos ao público participam hoje de um mesmo desejo de tornar presentes os ausentes e, através da denúncia de como foram enterrados, conferir-lhes uma vida política. Tal como o que fazem as Madres de La Plaza de Mayo, na Argentina (Sanjurjo, 2013), esses mortos são lembrados e invocados nas lutas políticas do presente contra a desigualdade e a discriminação racial. Se em 2001, eles eram pensados como uma importante fonte de conhecimento da “nossa” história e, portanto, como objetos de ciência, eles evocam hoje o sofrimento e a condição de vítima dos que foram ali enterrados e de seus corpos que nunca puderam ser enlutados (Butler, 2015). Dessa forma, denunciam essa mesma condição.

Por volta dessa mesma época, Merced começa a ter contato com as idéias defendidas na Conferência de Durban, em 2001, promovida pela ONU, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de cativos africanos consistem em crimes contra a humanidade. Assim, também começa a pensar e apresentar o Cemitério dos Pretos Novos como um testemunho desse mesmo crime, como um **holocausto negro**.

Essas mesmas idéias são apropriadas pela Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, que começa a atuar em 2015 com o intuito de denunciar os crimes contra os africanos e seus descendentes ocorridos durante a escravidão e exigir reparações do Estado brasileiro. De acordo com o relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade, voltada para a apuração dos crimes contra afrodescendentes ocorridos no Estado do Rio de Janeiro: “A despeito de haver sido o mais importante

mercado de comercialização de pessoas negras, em particular de crianças e jovens negros, o Valongo foi também a face mais exposta da vergonha histórica consubstanciada na escravidão” (Relatório, 2015: 35). Assim, a região do Valongo, com seu cais e seu cemitério expostos ao público, dá materialidade às denúncias dos crimes e do sofrimento, e oferece legitimidade aos pleitos de justiça e reparação. Os africanos desembarcados e comercializados no Valongo e enterrados no Cemitério dos Pretos Novos começam a ser enquadrados na recente categoria política da “vítima” (Jimeno, 2010) e, como tais, possibilitam os pedidos de reparação, em consonância com o que vem ocorrendo em diversas outras localidades. De acordo com Cynthia Sarti, “a identificação da vítima faz parte dos anseios de democracia e justiça, dentro do problema da consolidação dos direitos civis, sociais e políticos de cidadania. Remete à responsabilização social pelo sofrimento em face de catástrofes de várias ordens, desde guerras até acidentes naturais (terremotos, etc.) e à questão do reconhecimento como exigência básica do ser no mundo (SARTI, 2011:4).

Retomo as palavras da historiadora Mônica Lima que evidenciam a transformação semântica ocorrida no Cemitério dos Pretos Novos e no Cais do Valongo, enfatizando o sofrimento dos que foram escravizados e a politização dessa memória: “venho trazer a dor e a violência como parte dessa história [da escravidão no Brasil}. E não se trata simplesmente de uma dor diluída numa história de um passado remoto, num tempo em que submeter o outro a uma situação de desumanização era natural. Quero recordar a dor que existia apesar do fato das pessoas de outra época acreditarem ter o direito de escravizar alguém. E lembrar, da parte dos que sofreram, o medo, a incompreensão e o espanto frente a uma realidade que mais parecia um pesadelo ... [quero] desnaturalizar a violência da escravidão, pensada sob o ponto de vista de quem a sofria” (Lima, 2016).

A exposição e a denúncia dos horrores da escravidão se acompanha de um sentimento de que existe uma história subterrânea, oprimida, que estaria vindo à tona com o desenterramento dos sítios arqueológicos do Valongo. Segundo Guran, nós já sabíamos da importância do Rio no desembarque de africanos, já tínhamos as informações, mas “a ficha ainda não tinha caído”. Assim, se “a ficha não tinha caído” em 2001, é porque essa nova chave de entendimento da escravidão no Brasil estava sendo progressivamente gestada ao longo de todo esse período. Através das falas de Tânia Andrade Lima, Milton Guran e demais atores diretamente envolvidos com esses sítios arqueológicos, começa a haver um sentimento de que o Cais do Valongo e o cemitério contam uma história que foi deliberadamente ocultada, “esquecida”, mas que

precisa ser revelada para que também venha à tona o processo de discriminação racial tão presente na sociedade brasileira. De acordo com Guran, “a presença africana foi apagada da nossa memória. Construíram um bairro inteiro, a Gamboa, em cima do local que conta essa história [...]. Estamos revelando, tirando os véus. (Entrevista, junho de 2014).

Conclusão

Se já em 2001 a importância singular do Rio de Janeiro no tráfico transatlântico negreiro era lembrada na placa do IPN colocada por Austragésilo de Athayde, ela agora é exaltada e adquire um caráter de denúncia dos horrores cometidos durante a escravidão, assumindo uma dimensão política. Percebemos como, aos poucos, as ações e representações das ossadas como “seres humanos” e, como tais, sagrados, vão adquirindo cada vez mais espaço e legitimidade no IPN. Se, num primeiro momento, elas foram pensadas como “objetos de ciência” que nos ajudaria a melhor conhecer o “nosso” passado (dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro), os corpos ali enterrados foram progressivamente sendo pensados como vítimas e incorporados às lutas políticas contra a desigualdade racial. As trajetórias dos africanos do passado enterrados no Cemitério dos Pretos Novos e dos negros do presente se mesclam e adquirem um mesmo sentido: o do preconceito. É nesse sentido que podemos entender o fato de se tornarem os ‘ancestrais’ dos ativistas negros e ser xangô, o orixá da justiça, que toma conta do lugar. Através de todas essas ações e representações que humanizam e politizam as ossadas do IPN, temos uma nova possibilidade de enquadramento, nos termos de Judith Butler (2015), para os africanos que foram ali enterrados.

Bibliografia

BASTOS, Murilo Q. R. Et al. « Da África ao Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro : um estudo sobre as origens de escravos a partir da análise de isótopos de estrôncio no esmalte dentário ». Revista de Arqueologia, vol. 24, n. 1, 2010, p. 68-97.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

Catálogo da exposição “Africanos Novos na Gamboa: um portal arqueológico”. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, Arquivo da Cidade, s.d.

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.

Jimeno, Myriam. “Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais” MANA 16(1): 99-121, 2010.

LIMA, Mônica. “Eu quero passar com minha dor”. <http://conversadehistoriadoras.com/2014/05/25/memoria-e-cidadania-no-complexo-do-valongo/> , em 15/03/16.

MACHADO, Lilia Cheuiche. “Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural. Interpretando os ossos e os dentes humanos”. Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), n. 12, 2006.

Mattos, Hebe et Abreu, Martha. “Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal: em torno do samba, do santo e do porto”. In: O’Dwyer, Eliane C. (éd.). O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, E-papers, 2012, pp. 23-67.

Mattos, Hebe; Abreu, Martha; Guran, Milton. Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

Moura, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

Pereira, Júlio César M. da S. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.

PROPOSTA de carta aberta de reivindicações referentes ao Cais do Valongo e à Pequena África. Rio de Janeiro, 2011. Elaborada por lideranças do movimento negro em 24 de junho de 2011.

Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil / OAB – RJ. Rio de Janeiro, 2015.

Sanjurjo, Liliana Lopes. SANGUE, IDENTIDADE E VERDADE: Memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social. Campinas, Unicamp, 2013.

Sarti, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. Caderno CRH. Salvador, vol. 24, n. 61, p. 51-61, jan/abril 2011.

SILVERMAN, H. Contested cultural heritage: a selective historiography. In: SILVERMAN, H. (Ed.). Contested Cultural Heritage. New York: Springer, 2011. p. 1-50.

TAVARES, R. Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VASSALLO, Simone Pondé. “De ‘objetos da ciência’ a “restos mortais ancestrais”: apropriações socioculturais das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro”. SimposioMemorias de laEsclavitud y Herencia Africana: Brasil y Cuba. La Habana, Museo Casa de África, de 2 a 9 de junho, 2015.

VASSALLO, Simone P.; CICALO, André. “Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro”. Horizontes Antropológicos, Dossiê Diásporas, n. 43, 2015.